

Grande ABC vai se inspirar na Capital para regular mototáxi

Além de se basear em regras adotadas em S.Paulo, Consórcio anuncia estudo técnico sobre transporte de passageiros por motos



EXPECTATIVA. Com operação nas ruas das sete cidades desde 2021, serviço de mototáxi começa a ser regulamentado na região

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC pretende se inspirar no modelo da Capital para regulamentar o transporte privado de passageiros por motocicletas na região. No último dia 10, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou lei que normaliza o serviço. Entre outras determinações, o texto paulistano obriga as empresas de aplicativo, como Uber e 99, a adotar placa vermelha, e os condutores, a usar colete re-

flexivo. As companhias terão ainda de contratar seguro de acidentes e auxílio-funeral, entre outras regras. "Vai ser o nosso parâmetro", disse ao Diário o secretário-executivo do Colegiado, Aroaldo Oliveira da Silva, após debate promovido ontem com secretários municipais de mobilidade e outros representantes de prefeituras. Entidade encomendou estudo técnico para levantar dados da atividade nas sete cidades. [Setecidades 1](#)

Regulamentação de mototáxi na Capital será usada como parâmetro para a região

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC afirma que tarefa inicial é levantar dados

GABRIEL ROSALIN
gabrielrosalin@dgabc.com.br

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC realizou, na manhã desta quarta-feira (17), na sede em Santo André, debate com secretários municipais de mobilidade, além de outros representantes das prefeituras da região, sobre a regulamentação de transporte privado de passageiros por motocicletas. Após longa espera para que o tema fosse regionalizado, tendo em vista que o serviço está ativo na região desde 2021, foi anunciada apenas uma tímida iniciativa. A entidade revelou que, primeiramente, será realizado levantamento de dados, processo que pode levar meses, até que haja uma decisão em relação ao assunto.

A análise das estatísticas visa compilar o número de acidentes envolvendo motocicletas e, assim, ter ciência de quantos envolvem veículos de passeio e os relacionados a serviços pagos.

O secretário-executivo do Consórcio, Aroaldo Oliveira

da Silva, explicou que a identificação do cenário é a largada para a regulamentação. "Na volta do ano (2026), vamos organizar as informações. Porque temos um problema de identificação dos dados. Precisamos saber se um acidente aconteceu com uma moto individual ou de aplicativo. É também mensurar a quantidade de pessoas nessa profissão. Não temos um tempo exato para isso (levantamento)", destacou.

Segundo ele, a região deve ter como parâmetro o modelo adotado pela Capital. No último dia 10, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou lei que regulamenta o serviço de transporte privado de passageiros por motos. Entre outras determinações, o texto obriga as empresas de aplicativo, como Uber e 99, a adotar placa vermelha nas motos, e os condutores, a usar colete reflexivo. As companhias terão ainda de contratar seguro de acidentes e auxílio-funeral, entre outras regras.

"É um fato real (regulamentação no Grande ABC). A nossa

Principais regras em São Paulo

Para o condutor	Para a moto
<ul style="list-style-type: none"> ● Mínimo 21 anos, CNH 'A' ou 'AB' com pelo menos dois anos de emissão e anotação de atividade remunerada ● Curso especializado pelo Contran e exame toxicológico de 90 dias ● Usar colete reflexivo e fornecer capacete homologado, touca higiênica e colete reflexivo para o passageiro ● Proibido circular em corredores de ônibus, vias rápidas e em condições climáticas ruins (chuvia forte) ● Sem condenação por crimes como homicídio, estupro etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Entre 150cc e 400cc ● Alças para passageiro, protetor de pernas e motor, e placa vermelha ● Máximo oito anos de fabricação
	Para o passageiro
	<ul style="list-style-type: none"> ● Maior de idade (sobrinha de 18 anos) ● Cobertura por seguro contra acidentes (incluindo auxílio-funeral) ● Obrigatoriedade de usar capacete e touca descartável, fornecidos pelo condutor/app, e colete reflexivo
	Para as empresas
	<ul style="list-style-type: none"> ● Custeio de cursos e de placa vermelha para os mototaxistas ● Contratação de seguro para passageiros e condutores

ideia é continuar olhando e caminhar junto com os secretários e reportar aos prefeitos. É inevitável (segur a Capital), uma vez que o prefeito Ricardo Nunes já homologou. Vai ser o nosso parâmetro, mas não sabemos se vamos cumprir tudo o que São Paulo colocou (na regulamentação)", acrescentou Silva.

Em junho, o Consórcio havia planejado criar um GT

(Grupo de Trabalho) próprio para o debate do mototáxi. Porém, o projeto não saiu do papel e o assunto, agora, será direcionado ao GT Mobilidade, já existente, a fim de centralizar os temas relacionados a questões viárias. Além disso, a entidade garantiu a revisão do plano regional de mobilidade para 2026, no qual o transporte por aplicativo estará na discussão.

REUNIÃO

A ideia ontem era reunir os responsáveis por Transporte nas sete cidades. Mas apenas o secretário de Mobilidade Urbana de Santo André, Almir Grotto, e o secretário de Segurança Urbana, Trânsito e Defesa Civil de Rio Grande da Serra, Elias Meneses, marcaram presença.

Cicote afirmou que a coleta dos dados pode demorar de

quatro a cinco meses. E que, a partir de então, outra reunião deve ser realizada. "Por estarmos encravados na Região Metropolitana de São Paulo, é (de) de extrema importância. É também fundamental seguir minimamente os passos da Capital. Não necessariamente uma cópia. É importante reatuar esse tema", disse o chefe da Pasta andressen.

Já o secretário de Segurança Urbana, Trânsito e Defesa Civil de Rio Grande da Serra garantiu que o serviço não ocorre na cidade. "Não tem esse modal, mas temos uma demanda judicial a respeito. Por isso estamos aqui. Para debater a situação e para que possamos fazer a implementação. Ter segurança para isso", confirmou Elias Meneses.

OUTRAS CIDADES

São Caetano foi representada pelo diretor de Mobilidade Marcelo Pante. Já Mauá enviou ao encontro o secretário-adjunto de Mobilidade Urbana Bruno Brusso. E Ribeirão Preto contou com Marcos Campanhã, gestor do Departamento de Mobilidade Urbana. São Bernardo e Diadema não enviaram representantes.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Caderno:** Setecidades **Página:** Capa + Página 1